

INTERNACIONAL



Esta seção trata do discurso conservador, agressivo e preconceituoso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, da abertura de um processo de impeachment contra Donald Trump, da série de derrotas do Conservador Boris Johnson e do processo eleitoral na Áustria.

O discurso de Bolsonaro na ONU

Tradicionalmente o representante do Brasil é o primeiro a discursar na abertura da Assembleia Geral anual da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso não é uma regra escrita, mas um costume desde 1947 e teria sido adotado como uma espécie de compensação pela exclusão do grupo de membros permanentes do Conselho de Segurança. Esta era uma hipótese defendida pelo governo estadunidense quando Franklin Roosevelt era presidente e se debatiam os critérios para a fundação da organização. No entanto, o governo do presidente Harry Truman, que o sucedeu após sua morte, não manteve este apoio, e tanto a Inglaterra, quanto a União Soviética, também vetavam esta possibilidade, pois consideravam que o Brasil se alinharia automaticamente aos Estados Unidos no Conselho.

A opinião quase unânime de diplomatas estrangeiros sobre o discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia neste ano foi que ele não apenas perdeu a oportunidade de apontar para uma política externa mais moderada do que as declarações e medidas pontuais que o governo promoveu ao longo dos últimos nove meses como também queimou as pontes com os governos de direita mais moderados nos países desenvolvidos. Sua intervenção na ONU pouco se diferenciou do conteúdo conservador, estúpido e preconceituoso que marca seus comen-

tários feitos no dia a dia no Brasil e foi mais uma mensagem para agradar e aglutinar o setor social que o apoia.

Os absurdos de sua intervenção se destacaram, particularmente, em relação à Amazônia e ao meio ambiente, quando reiterou a teoria conspirativa sobre os interesses estrangeiros em relação às riquezas naturais, repetiu as afirmações soberanistas hipócritas que não são aplicadas quando se trata de sua relação com o governo estadunidense e criticou grosseiramente as lideranças indígenas, cuja ampla maioria não compartilha de sua visão destruidora da Amazônia.

Havia a expectativa de que algumas delegações poderiam se retirar do recinto no momento de seu discurso, em protesto, mas isso teria sido muito difícil, pois o segundo a discursar é sempre o representante dos Estados Unidos, normalmente seu presidente. Como, por razões de segurança, ninguém pode entrar no recinto ou sair meia hora antes da chegada deste, todos os que querem ouvi-lo permanecem durante a intervenção do representante brasileiro que, aliás, nos mandatos de Lula e Dilma, era sempre elogiada.

Quando o Palácio do Planalto confirmou a ida de Bolsonaro a Nova York, informou que ele teria um

jantar com o presidente Donald Trump, o qual não se realizou. O contato entre os dois limitou-se a um aperto de mãos no corredor e à declaração do presidente brasileiro de “I love you”. Por sinal, é bom que seus colegas mantenham distância dele, pois tem se revelado um tremendo “pé frio”, na política. Aqueles que ele apoia estão se dando mal. Salvini, na Itália, perdeu o governo. Netanyahu, em Israel, poderá deixar o cargo de primeiro-ministro. Mario Abdo, no Paraguai, tem que administrar uma CPI sobre as negociatas promovidas em Itaipu. Macri, na Argentina, vai perder a eleição neste mês. E Trump sofrerá um processo de impeachment.

Quem sabe, suas posições e retóricas escandalosas estejam contribuindo em alguma medida para o retorno de reflexões e políticas mais moderadas no cenário internacional.

Processo para impeachment de Trump

Donald Trump, do Partido Republicano, será alvo de investigação e possivelmente de um processo visando ao seu impeachment nos Estados Unidos. A presidenta da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, abriu na terça-feira, dia 24, inquérito formal para investigar se Trump cometeu crime ao pressionar o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, para levantar informações sobre Joe Biden, que é um dos nomes mais cotados para disputar a presidência pelos Democratas em 2020.

Na transcrição do áudio da conversa entre Trump e Zelensky, divulgada na quarta-feira, 25, o presidente estadunidense pede ao colega para ajudar a investigar, conjuntamente com Rudy Giuliani, advogado de Trump, e o procurador-geral William Barr, se Biden esteve envolvido no encerramento do inquérito sobre a empresa de gás ucraniana, onde seu filho, Hunter Biden, participava do conselho de administração. Essa ligação ocorreu logo após Trump congelar quatrocentos milhões de dólares de ajuda para a Ucrânia, dinheiro que já havia sido aprovado pelo Congresso.

A discussão sobre um possível impeachment de Trump não é nova e está presente nos debates políticos, praticamente, desde o começo do governo, pois o procurador especial, Robert Mueller, inves-

tigou por quase dois anos se o presidente e pessoas próximas tinham ligações com os hackers russos que invadiram computadores dos democratas durante a campanha eleitoral. No fim, não foram encontradas evidências suficientes para apontar a ligação entre Trump e a Rússia.

A queda de Trump por meio do impeachment é uma possibilidade remota. Para tanto, além do inquérito concluir que ele cometeu crime na ligação com Zelensky, o impeachment teria que passar pela Câmara, de maioria democrata, e pelo Senado, onde estaria o maior empecilho para a oposição, pois é composto por maioria republicana, e teria de ser aprovado com dois terços dos votos.

A estratégia dos democratas parece muito mais ser a de enfraquecer Trump para as eleições de 2020 do que retirá-lo do cargo efetivamente, uma vez que o vazamento do telefonema também colocou Joe Biden na berlinda. As pesquisas eleitorais divulgadas por meios de comunicação mostram um embate acirrado entre o republicano e os candidatos mais cotados dos democratas, Biden, Bernie Sanders e Elizabeth Warren, com uma vantagem desses últimos. Além disso, em pesquisa divulgada pelo canal de TV CBS, 55% dos estadunidenses são a favor do processo de impeachment.

Por outro lado, esse processo pode inflar ainda mais a base de Trump, que parece apostar no embate direto com a oposição, criando desde as investigações sobre sua ligação com a Rússia uma narrativa de “golpe” e “caça às bruxas”. Outra questão que pode ser prejudicial para os Democratas é que agora Biden deve explicações sobre o caso também, ou seja, o impeachment tomará boa parte da agenda na campanha eleitoral, principalmente, se ele for o candidato do partido.

A série de derrotas do conservador Boris Johnson

O Parlamento britânico retornou do recesso e para o início do mandato do conservador Boris Johnson como primeiro-ministro no dia 3 de setembro. Desde então, o debate foi conturbado, mas ele sofreu várias derrotas sobre a agenda do Brexit, que continua dividindo os partidos e a sociedade.

Johnson foi alçado ao cargo de primeiro-ministro

após a renúncia de Theresa May, que estava governando desde 2016 em substituição a David Cameron. Este deixou o cargo devido ao voto favorável ao rompimento da Inglaterra com a União Europeia no plebiscito daquele ano. Tanto May quanto Johnson colocaram como objetivo principal de seus governos concluir o Brexit. Entretanto, May, que pertence a uma ala do Partido Conservador que defende uma saída mais suave da União Europeia, tentou três vezes que o Parlamento britânico aprovasse um acordo negociado por ela com a Comissão Europeia e sempre foi rejeitado.

Já Johnson é da ala que defende uma saída pura e simples, inclusive sem nenhum acordo. Foi com essa plataforma que ele se tornou o líder dos conservadores e consequentemente o primeiro-ministro. Seu plano é que, ao chegar o dia 31 de outubro (prazo máximo para a saída), o Reino Unido se desligue completamente do bloco, provavelmente. Várias projeções apontam que uma saída assim, sem acordo de prazos, procedimentos e definição da nova relação comercial e aduaneira, iria prejudicar muito a economia britânica e até os cidadãos ingleses que vivem no continente.

Para tanto, Johnson tentou uma manobra com o aval da rainha Elizabeth II de fechar o Parlamento logo após seu retorno do recesso, do dia 10 de setembro até 14 de outubro. Com isso, os parlamentares teriam menos tempo para discutir e tentar barrar o Brexit sem o acordo.

Em resposta, o Parlamento fez várias manobras que derrotaram os planos de Johnson. A começar pela perda de maioria da coalizão governista quando o então parlamentar conservador, Phillip Lee, se filiou ao Liberal Democrata, e assim a coalizão governista perdeu a maioria parlamentar. Além disso, foram aprovadas duas leis, a primeira determinou que, sem um acordo para o Brexit, o prazo para o desligamento deve ser adiado por mais três meses. E a segunda barrou a realização de novas eleições em outubro, que poderiam ser uma possibilidade para Johnson e os conservadores obterem maioria parlamentar novamente. Para coroar, o irmão do primeiro-ministro, o ministro Jo Johnson, deixou o

governo e o seu cargo parlamentar, também por divergências sobre a condução do Brexit.

Não só o poder Legislativo foi contra Johnson. Duas semanas após o início do fechamento do Parlamento, o Judiciário decidiu, por unanimidade, que essa medida era ilegal, e com isso os parlamentares voltaram às atividades. A base da decisão da Suprema Corte foi o entendimento de que o recesso forçado impediria o Parlamento de discutir e decidir sobre os encaminhamentos em relação à saída da União Europeia.

Eleições parlamentares na Áustria

No dia 29 de setembro houve eleição para o parlamento austríaco devido à dissolução do governo no primeiro semestre. Este havia sido eleito em 2017 e levou a uma coalizão entre o Partido Popular da Áustria, de direita, liderado por Sebastian Kurz, que se tornou primeiro-ministro, e o Partido da Liberdade da Áustria, de extrema-direita, dirigido por Heinz-Christian Strache, que assumiu o cargo de vice-primeiro-ministro. No entanto, este foi filmado num hotel em Ibiza acertando contratos públicos com um investidor russo que teria apoiado financeiramente seu partido, e o governo caiu. Este escândalo se tornou conhecido como “Ibizagate”.

O resultado de domingo passado ampliou os votos do partido de Kurz para 37,1%, e a extrema-direita perdeu cerca de 10%, recebendo 16,1%. O Partido Social Democrata obteve 21,7%, em segundo lugar, mas recebeu 5% a menos do que em 2017. Os verdes cresceram cerca de 10%, de 3,8%, em 2017, para 13,5% agora, e outro partido liberal, o Neos, recebeu 7,8%.

Este último foi o único que se opôs à recente decisão do parlamento austríaco indicando ao governo rejeitar o acordo União Europeia–Mercosul quando tiver de decidir. Pelo resultado eleitoral do dia 29, esta posição não deverá mudar, embora não se conheça ainda qual coalizão Kurz irá propor para formar o novo governo. Aparentemente, o mais provável seria repetir a dose com a extrema-direita, que já possui um novo líder, ou compor com os verdes e o Neos. Com os social-democratas, parece ser difícil devido a divergências históricas.